



Revista Administração em Diálogo

E-ISSN: 2178-0080

radposadm@pucsp.br

Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo

Brasil

Amaral Terra, Leonardo Augusto; Carvalho Ganzert, Christian; de Lima Medeiros, Mirna;
Passador, João Luiz

Reflexões sobre as práticas de pesquisa em administração

Revista Administração em Diálogo, vol. 15, núm. 3, 2013, pp. 1-17

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=534654453002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Reflexões sobre as práticas de pesquisa em administração

Reflections about research practices in management

Leonardo Augusto Amaral Terra¹

Christian Carvalho Ganzert²

Mirna de Lima Medeiros³

João Luiz Passador⁴

Resumo

A administração como ciência ainda é relativamente nova e como tal, vivencia desordens internas, relativas ao seu objeto de pesquisa, sua relevância e sua própria forma de perceber o mundo. Entre Marx e Weber a ciência da administração se colocou frente a um dilema de ordem epistemológica, onde determinados paradigmas assumiram o papel de juízes da verdade. Este ensaio teórico sugere que, como uma ciência abrangente, a administração precisa reestabelecer o elo entre teoria e prática. Para tal, é preciso transcender as disputas epistemológicas e alargar a percepção da administração para abranger as características pertinentes a cada objeto de estudo.

Palavras-chave: Teoria; Prática; Administração.

Abstract

Management as a science is relatively new and still experiencing internal disorders relating to its research object, its relevance and its own way of perceiving the world. Between Marx and Weber, administration science has put forward an epistemological dilemma where certain paradigms assumed the role of judges of the truth. This theoretical paper suggests that, as a wide-ranging science, management needs reestablish the link between theory and practice. To do so, we must transcend the epistemological disputes and broaden the perception of management to cover every relevant object of study characteristics.

Keyword: Theory; Practice; Management.

¹ leoterra@usp.br, Brasil. Professor do Centro Universitário Senac – SENAC/SP. Doutorando em Administração de Organizações na Universidade de São Paulo – USP. Av. dos Bandeirantes, 3.900, Cidade Universitária, CEP: 14040-900 - Ribeirão Preto, SP - Brasil.

² ganzert@usp.br, Brasil. Professor do Centro Universitário Unifafibe – UNIFAFIBE. Doutor em Administração de Organizações pela Universidade de São Paulo – USP. Av. dos Bandeirantes, 3.900, Cidade Universitária, CEP: 14040-900 - Ribeirão Preto, SP - Brasil.

³ mirnamedeiros@hotmail.com, Brasil. Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava – FFCL. Doutoranda em Administração de Organizações na Universidade de São Paulo – USP. Av. dos Bandeirantes, 3.900, Cidade Universitária, CEP: 14040-900 - Ribeirão Preto, SP - Brasil.

⁴ jlpassador@usp.br, Brasil. Professor Doutor da Universidade de São Paulo – USP. Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas – FGV-SP. Rua Barão do Triunfo, s/n, Centro, CEP: 97573-590 - Sant'Ana do Livramento, RS - Brasil.

Recebido em 29.11.2012

Aprovado em 04.03.2013

Introdução

A cisão entre estudos organizacionais, de um lado, e práticas gerenciais, de outro, pode ser um entrave para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas. Ao se ater a um ou outro, estudiosos podem estar se sujeitando a “miopias” (PEREIRA, 1984) que restringem o conhecimento produzido impedindo-o de dar conta da complexidade organizacional. Neste contexto, a discussão quanto às bipartiçãoes vigentes faz-se de grande valia, com vistas a encontrar ou, ao menos, salientar a necessidade de uma terceira via para o enriquecimento da área, das representações que realizam e dos próprios sujeitos que compõe o mainstream desta.

Uma vez que o link entre teoria e prática, apesar de ter sido bastante teorizado pelas tradições científicas e filosóficas, se mantém problemático, provisório e, em última instância, insatisfatório nos estudos organizacionais (GABRIEL, 2002), então considera-se que uma reflexão epistemológica é responsabilidade dos pesquisadores e estes devem levar em consideração a base teórica e social a ser tratada diante da tecnologia que se propõem a desenvolver (THIOLLENT, 1983).

Partindo do pressuposto de que uma “autocrítica saudável é um pré-requisito para o progresso” (PRAHALAD e HAMEL, 1994, p. 6), propõem-se como objetivo deste ensaio, realizar uma reflexão teórica sobre a problemática da pesquisa em administração e as suas aplicações, com vistas a instigar uma autocrítica por parte dos estudiosos da área.

Não se pretende com isso apresentar saídas ou conclusões para as questões apresentadas, mas sim abrir uma discussão sobre questões importantes que afetam a teoria e a prática nas organizações. Propõe-se, portanto, discutir as relações entre teoria e prática na construção de pesquisas, e consequentemente do conhecimento, em Administração. Com isso, espera-se contribuir para superação da dicotomia entre o pensamento e as práticas de pesquisa, sem advogar em defesa de uma ou outra das vertentes mais utilizadas contemporaneamente, mas salientando a importância de uma visão mais ampla e abrangente.

Reflexões sobre a teoria e a prática

Os termos teoria, prática e práxis são corriqueiramente utilizados, porém quase sempre os dois primeiros termos são colocados em oposição pelo uso de compreensões do senso comum, decorrentes de concepções da filosofia clássica ou simplesmente de um esforço mental de compreensão natural do homem, mas que de fato não reflete a realidade, pois a separação entre teoria e prática não existe de modo absoluto (PEREIRA, 1984). Pereira (1984) expõe que teoria, prática e práxis são conceitos diferentes que fazem parte de um mesmo processo e expõe as principais concepções de teoria e prática, bem como a necessidade de repensá-las sob outra ótica. Ainda assim, esse modo de separação não deve ser ignorado, pois sua lógica é genuína no esforço de prevenir uma maior confusão uma vez que os teóricos reclamam que a prática é mal definida e os práticos reclamam que as teorias são super-definidas, estéreis e que há dificuldades em se estabelecer um elo entre as duas questões e seus objetivos (SANDELANDS, 1990).

O primeiro modo de ver os conceitos que Pereira (1984) apresenta é o etimológico (dos dicionários como didaticamente expõe) e que também permeia o senso comum, que expõe teoria como contemplação, ato contemplativo ou mesmo beatitude, ou seja, seria uma atividade desinteressada. Em outro verbete o autor encontrou o significado doutrina, sistema de idéias e até mesmo a identificação entre teoria e ideologia e ainda que um pouco distintos, esses significados não deixam de carregar o sentido de contemplação abstrata, de exercício intelectivo ou racional, de preocupação com o “conhecimento puro”. Enquanto a teoria se refere ao mundo do pensamento e reflexão, a outra dimensão oposta, segundo o senso comum, é o da prática que recorreria ao mundo da ação, “mais real” (MARDEN e TOWNLEY, 2004). A prática nesse uso acaba se tornando árbitra da teoria, na medida em que são colocadas expressões do tipo “Está bem na teoria, mas como funciona na prática?” entre outras.

Bastante semelhante aos significados utilizados no dicionário é a concepção de teoria do pensamento da filosofia clássica, até porque, segundo Pereira (1984), os dicionários se basearam nessa concepção filosófica para cunhar o termo. A teoria aqui se apresenta como crítica do conhecimento, preza a abstração e o raciocínio lógico (leis do raciocínio correto). “Teorizar torna-se uma arte de trabalhar a mente com a ideia enquanto divorciada de uma realidade mais ampla” (PEREIRA, 1984, p.18). Nesta

concepção o importante é a idéia, o pensar se torna algo superior à realidade e o homem um depositário do conhecimento. Qualquer teoria a respeito de qualquer realidade é, então, uma simples espécie de cobertura ou verniz da “coisa” e não a “coisa-em-si”.

A concepção da ciência moderna (positivista) se opõe ao envernizado filosófico, mas acaba por se prender nas experimentações, do objeto concreto, rejeitando aquele aspecto de visão ontológica (essencial, global) da realidade. Nesta concepção a teoria depende de um processo formado por quatro partes: observação, formulação de uma hipótese, experimentação e elaboração de leis. Várias leis permitem a elaboração de determinada teoria (ou sistema ou doutrina). A teoria se pauta na experiência e nas relações de causa e efeito que são observadas. A teoria assume, nessa vertente, algumas características muitas vezes criticadas: matematização do conhecimento (necessidade de mensurar ou adjetivar de alguma maneira as variáveis); funcionalidade (relato do processo tendo em vista seus resultados); caráter seletivo (seleção das variáveis a serem testadas na hipótese); caráter aproximativo (representação da realidade); caráter progressivo (ciência como processo cumulativo de teorias científicas); e, por fim, assume uma suposta exatidão. (PEREIRA, 1984)

Em todas as concepções de teoria supracitadas, a teoria se opõe a prática. Na última por depender da experimentação, já na concepção da filosofia clássica por depender da reflexão. Sandeland (1999) expõe outras abordagens em que os termos não necessariamente se opõem, mas chegam a igualar-se o que também é um problema. Segundo o autor as três principais abordagens são: a de Kurt Lewin (1947), que une teoria e prática em uma epistemologia comum; a de “teóricos de ação” (action theorists) como Argyris e Schon (1974) que reconceituam prática como um tipo de teoria; e a dos filósofos da ciência social como Brown (1976) e Morgan (2006) que, como os segundos, também retiram a diferença entre teoria e prática, mas no sentido contrário, colocando a teoria como um tipo de prática. Contudo, alguns estudiosos já demonstraram que qualquer observação da prática é mediada pelos conceitos e idéias que detemos, ou seja, independentemente, todos teorizam sobre causas e consequências do mundo social a que pertencem e agem com base nisso, fornecendo, à sua maneira, luz adicional ao relacionamento dos dois termos. (MARDEN e TOWNLEY, 2004; PEREIRA, 1984; SANDELANDS, 1999)

“Qual seja, antes de ser uma questão simplesmente de ordem intelectiva, a compreensão da teoria resolve-se muito mais como uma questão de método e de comportamento. Trata-se muito mais da postura que assumimos diante do que nos cerca” (PEREIRA, 1984, p. 13). Para compreender a estreita ligação entre teoria e abstração; teoria e ação ou prática; teoria e ato intelectivo, teoria e ideologia, teoria e doutrina, Pereira (1984) propõe que alguns cuidados devem ser tomados para compreensão:

- Ter lucidez suficiente para abandonar os simplismos na relação entre os conceitos existentes. Eles são parecidos, mas não são a mesma coisa.
- Entender o problema da elaboração da teoria, que mais que uma questão lógica é antropológica.

A questão é antropológica, segundo o autor, porque o homem é o protagonista do discurso/teoria, não só o elabora, mas também está nele. Antes de ser um animal racional ambulante, o homem é um ser que permanentemente busca um sentido para si e para o mundo em que se vê envolvido, ele não teoriza só porque pensa, mas porque sente, age, deseja, etc. O homem é agente e paciente do processo de transformação. “Ao mesmo tempo em que a prática é pressuposto básico ou fundamento da teoria, ela não pode ser entendida separadamente da teoria. Senão, seria ação animalizada e não ação humana” (PEREIRA, 1984, p.74).

Na medida em que transforma a natureza, o homem transforma a si mesmo. A sua ação é, assim, em maior ou menor medida, práxis. Teorizar bem, ascender à práxis, depende da capacidade de abrir-se ao mundo, aceitá-lo e/ou negá-lo para poder transformá-lo. “Se por um lado o homem só se faz à medida que faz (ação prática), por outro lado só faz (como ação consciente) à medida que se faz” (PEREIRA, 1984, p.73). Marsden e Townley (2004, p.31) também expõe esse elo entre teoria e prática ao salientar que “prática é um construto teórico e a teorização é, em si mesma, uma prática”. Ou seja, mesmo que o homem esteja teorizando, ele está agindo; e mesmo que esteja agindo, a teorização dos atos está acontecendo mesmo que implicitamente. Quando o homem se foca na teoria ou na prática acaba por incorrer em vícios não verdadeiros: se foca na teoria, há o idealismo; se foca na prática, o praticismo, a visão pragmática ou utilitária da ação. (PEREIRA, 1984; MARDSEN e TOWNLEY, 2004)

Visto que as concepções apresentadas por Pereira (1984) do termo teoria se fazem insuficientes para abranger a relação dos termos, é necessário, segundo o autor, que se busque uma posição intermediária nas Ciências (principalmente nas humanas). A visão positivista não se sustenta na sua pretensão de abranger todo o pensamento e fazer da Ciência a síntese orgânica da cultura, então, as ciências humanas devem promover um encontro entre a matematização dos resultados com a interpretação do homem (PEREIRA, 1984). “A formulação da teoria nas ciências humanas tem de ser mais aberta, visto que seu objeto de investigação não é o mero dado bruto da natureza ou do raciocínio [...]” (PEREIRA, 1984, p. 58). A solução proposta está no encontro discursivo que coloca as questões em uma unidade não fechada, mas aberta e dinâmica.

Além de “teoria” e “prática”, o conceito de “organização” também está entre os conceitos mais debatidos e contestados nas ciências humanas e sociais. Mas a discussão é importante, pois a teoria organizacional não só reflete a prática organizacional, mas também ajuda a constituir essa prática. Mesmo as pesquisas possuem finalidades estritamente teóricas tendem, a longo ou médio prazo, a ter aplicações práticas ao mesmo, pesquisas de cunho prático podem contribuir teoricamente com novos fatos para a condução de novas pesquisas, bem como para a compreensão de outros conhecimentos (FERRARI 1982, p. 170 apud CABRAL, 2002). Uma das maneiras como ela faz isso é “pelo favorecimento de práticas de alguns grupos sobre outros” (MARDSEN e TOWNLEY, 2004, p.32). Ainda assim, segundo Djaló e Procopiuck (2010), as ciências administrativas possuem limitações em seu poder de influenciar o mundo real. O distanciamento, segundo Audet (1986 apud DJALÓ; PROCOPIUCK, 2010), estaria no distanciamento real e metodológico entre o sujeito e objeto de estudo que teriam tornado as pesquisas organizacionais excessivamente abstratas. Segundo Keat e Urry (1975 apud MARDSEN e TOWNLEY, 2004) os estudos organizacionais participam do debate sobre o que existe “lá fora” (prática ou ontologia) e como isso pode ser conhecido (teoria ou epistemologia) e a natureza dessa inter-relação.

Segundo Marsden e Townley, os estudos organizacionais desenvolveram-se dentro e contra o legado de dois principais analistas da modernidade: Marx e Weber. Assim como existem várias práticas, existem teorias e maneiras de explicar uma mesma prática. Vez por outra as teorias se confrontam e lutam por efetiva “legitimização”

(MARSDEN e TOWNLEY, 2004). Segundo os autores, essa luta nos estudos organizacionais encontra-se principalmente entre defensores e opositores de uma teoria positivista (normal) e da contra normal. Os autores salientam que seria mais interessante a busca por uma alternativa. Essas questões serão melhor discutidas a seguir.

Administração: entre Marx e Weber

A observação das premissas que embasam o estabelecimento teórico de conceitos a respeito da organização moderna deve passar pelo estudo das relações estabelecidas entre o sistema econômico capitalista e sua consolidação. Para tal, torna-se indispensável recuperar a obra de dois notáveis estudiosos do capitalismo, Karl Marx e Max Weber. Apesar de considerados opostos pelo vértice entre muitos estudiosos, ambos partem de uma postura analítica que tange à crítica do materialismo histórico apoiado sobre fatores culturais construídos socialmente.

Marx se debruçou a estudar a prática econômica e teorizá-la para encontrar as razões que embasam o comportamento dos agentes sociais na dinâmica produtiva. Parte de um racionalismo histórico para explicar o porquê das relações estabelecidas no âmbito produtivo. Para Marx, o comportamento humano é dominado pela prática orientada por “forças estranhas”, que se confundem com o que é determinado pela sociedade. Entretanto, diferente dos estudiosos internos da organização típica do industrialismo marxista (Taylor e seus descendentes da administração científica), Marx enxerga o indivíduo moderno como um objeto e estudo, e não uma constante dada pelo ambiente.

Já Weber concentrou seus esforços sobre o nexo que liga salário, propriedade privada, tecnologia, lei, mercado e estado, colocando a estrutura organizacional e sua dinâmica interna como fruto de uma necessidade dada pelo contrato não declarado entre os entes sociais. Sua relevância para o arcabouço teórico dos estudos organizacionais é ímpar, uma vez que se pauta nas origens da legitimação do aparato sócio-técnico que cerca a ação organizacional moderna.

Como observado por Blau e Scott (1970), “a análise teórica perceptiva e incisiva sobre os princípios da burocracia feita por Max Weber é sem dúvida o trabalho geral mais importante a respeito das organizações formais” (BLAU e SCOTT, 1970, p. 70 apud TRAGTENBERG, 2006, p. 170). Para entender a obra de Max Weber, é necessária a

compreensão do desdobramento do conceito fundamental de racionalidade. Weber considera a racionalidade como constituída de duas componentes básicas: a "Zwerckrationalität", ou racionalidade formal instrumental, e a "Wertrationalität", ou então, racionalidade valorativa substancial (WEBER, 2005). Os conceitos não podem ser dissociados, entretanto o estudo das burocracias, iniciado por Weber, foi colocado em evidência pela Teoria Organizacional sob o escopo somente da racionalidade instrumental. Essa dissociação se dá pela necessidade de legitimação de um materialismo típico do provimento de individualidades.

Tanto Marx quanto Weber observam a condição racional do estabelecimento da prática. Seus estudos se mostram complementares. Enquanto Marx enfoca o macroambiente e as raízes de seu estabelecimento (sistema econômico e produtivo), Weber estuda o arranjo produtivo e sua dinâmica sob o escopo das premissas oriundas do processo de formação do sistema econômico. Marx explica o porquê; Weber explica como. Entretanto, nem tudo é complementaridade ou similaridade nas teorias desenvolvidas pelos dois autores. Segundo Vasconcelos (2002), "na visão de Marx, que contrasta nitidamente com a de Weber, a racionalização da sociedade opera no nível do desenvolvimento das forças produtivas, isto é na extensão e no aperfeiçoamento do saber empírico em funcionamento nos sistemas de produção." (VASCONCELOS, 2002, p. 3)

Para Weber, racionalidade é fruto do desencanto social frente à mitologia, enquanto para Marx, racionalidade é instrumento para disputa de regiões de poder. Entretanto, ambos concordam que a sociedade é denominada pelo capitalismo e que sua diferença reside na organização da produção. Ambos se unem pelo conceito de racionalização: a avaliação entre fim, meios e resultados da ação social pela aplicação de regras impessoais. A racionalização elimina dos negócios aqueles elementos humanos emocionais que escapam ao cálculo.

Para compreender o uso indiscriminado dos trabalhos de Weber sobre a racionalidade instrumental, é necessário manter em mente o modelo marxista de oposição de valores. Para interpretar o desdobramento da obra de Weber e a validação de um modelo mutilado – pois nele não consta a racionalidade substantiva – que corrobora com a reprodução do modo de organização tipicamente capitalista (em sua fase industrial) é preciso usar a lente marxista.

Enfim, é somente através da crítica marxista à dinâmica do sistema que se pode compreender o atrelamento da teoria weberiana ao cientificismo que dominou parte das disciplinas administrativas do século XX, posterior aos escritos dos autores. Especialmente durante os anos 50 e 60, a ciência tornou-se juíza da verdade do conhecimento, atrelando ao cerne a doutrina positivista. Weber e sua burocracia ideal – destituída da racionalidade substantiva – tangem ao positivismo, onde a realidade é unívoca e voltada para o alinhamento dos objetivos sistêmicos. Marx analisa os motivos do comportamento racional, criticando-o; Weber estabelece conceitos que legitimam a organização no âmbito das considerações de Marx. Essa legitimação se mantém sob uma camada fina que separa a usurpação da liberação. O grande problema social ocorre quando a racionalidade instrumental suplanta em demasia a racionalidade substantiva.

Conforme Thirty-Cherques (2009):

A racionalização formal-instrumental do Estado, da economia, das organizações e das decisões privadas, vai desembocar no "espírito coagulado" do capitalismo monetarizado, na "jaula de ferro" da vida juridificada em que estamos contidos e nessa "escura noite polar" quantitativizada que a humanidade atravessa. Significa a submissão da individualidade às regras legais e burocráticas. Uma lógica centrada nos meios, não nos fins. Não se trata de uma escolha consciente, nem de uma forma deliberada de dotar as instituições de maior eficiência, mas uma característica inerente a determinadas instituições. Um dos mais importantes aspectos do processo de racionalização é a substituição impensada do costume antigo; a adaptação deliberada do trabalho e da vida em termos dos interesses imediatos. Outras características são a racionalização consciente dos valores últimos, dos costumes, dos valores afetivos e o ceticismo moral. (THIRTY-CHERQUES, 2002, p. 903)

A construção do Estado moderno sob a égide do racionalismo instrumental incorreu na alteração da condição humana, reduzida à existência condicionada ao aparato social. Sobre a liberdade dentro de um sistema qualquer, pode-se observar os ensinamentos de Voltaire (1959): "Vossa vontade não é livre, mas vossas ações o são. Tendes a liberdade de fazer quando tens o poder de fazer" (VOLTAIRE, 1959, p. 220). Inserido em uma sociedade, abraçado por um sistema que delimita o esquema de produção e consumo, o indivíduo pode até possuir a liberdade de escolha sobre determinados temas de seu cotidiano, mas esta liberdade é condicionada e tende a servir à vontade do sistema vigente, ancorado em uma racionalidade típica do normativo – e a legitimidade da norma se apóia na crença de sua assepsia. Mas não há vontade neutra no convívio social.

As idéias que mesclaram o racionalismo weberiano mutilado à organização produtiva também originaram um fenômeno social observado por Marcuse (1998) como o condicionamento do corpo social à eficiência produtiva. Esse tipo de fenômeno acabou por influenciar culturas ao redor do mundo, em especial na Europa, gerando o aparecimento de desastres ideológicos como o fascismo e o nazismo.

Marcuse (1998) já havia analisado o condicionamento da sociedade acerca dos ideais capitalistas voltados para a produtividade, abdicando de sua liberdade sob o racionalismo instrumental. Segundo ele:

O indivíduo eficiente é aquele cujo desempenho consiste numa ação somente enquanto seja a reação adequada às demandas objetivas do aparato, e a liberdade do indivíduo está confinada à seleção dos meios mais adequados para alcançar uma meta que ele não determinou. (...) ele renuncia à sua liberdade sob os ditames da própria razão. A questão é que, atualmente, o aparato ao qual o indivíduo deve ajustar-se e adaptar-se é tão racional que o protesto e a libertação individual parecem, além de inúteis, absolutamente irracionais. (MARCUSE, 1998, p. 78).

Sobre as relações estabelecidas culturalmente entre o corpo social e a busca constante pela eficiência, Wiener (1962) disse:

Se o homem adotasse a coletividade das formigas, em que cada trabalhador cumpre suas próprias funções e se insere numa casta, viveria num estado fascista onde, idealmente, cada indivíduo é condicionado, desde o nascimento, para uma ocupação determinada, com os chefes sempre permanecendo chefes, os soldados perpetuamente soldados, os camponeses eternamente camponeses e os operários condenados a permanecerem operários. (WIENER, 1962, p. 98)

A manutenção de um padrão de exaltação da racionalidade instrumental somente é possível através da reprodução de uma estrutura de elementos culturais que corroborem com a lógica do sistema. Habermas, fazendo uma leitura paralela a Nitzsche, define: “(...) a cultura autêntica há muito entrou em declínio; repousa sobre o presente a maldição do distanciamento das origens” (HABERMAS, 2000, p. 179). Essa é a verdadeira razão da dissociação da racionalidade instrumental de sua irmã substantiva. Afastar o sentido das coisas de sua aplicação. Desconectar teoria de prática.

O papel da epistemologia na prática administrativa

O conhecimento humano tem origem nas reflexões acerca da experiência cotidiana. Diante deste contexto, fica evidente que a própria construção do pensamento carrega em seu cerne os conflitos vivenciados pelos indivíduos, diante do momento

histórico ao qual pertencem. Pode-se dizer, então que as reflexões e teorizações acerca dos fenômenos, acabam por servir aos interesses relacionados às próprias “[...] alterações nas condições materiais da vida humana” (ANDERY et al., 1996, p. 13). A administração, como disciplina, não escapa aos paradigmas forjados pelas condições materiais de seu tempo. Diante da abordagem do racionalismo instrumental de Weber esta área de conhecimento acabou dominada por um paradigma que se baseia no que se convencionou chamar de ciência normal, cuja base conceitual e filosófica é o Positivismo de Isidore Auguste Marie François Xavier Comte.

O Positivismo trata-se de uma abordagem epistemológica estruturada, em grande parte, nos preceitos do pensamento fragmentador de René Descartes e no empirismo de Francis Bacon (RIBEIRO JR., 1982, p. 13), cuja presença dominou o pensamento científico do século XX (JASPERS, 1976; CAPRA, 1983; KUHN, 1996). Neste período, aquilo que se convencionou chamar de método científico e sua rigidez, tornou-se uma exigência para uma pesquisa que pudesse ser tratada como neutra e objetiva (THIOLLENT, 1983).

Não demorou muito para que o sucesso destas abordagens em ciências tidas como de forte caráter realista, como a física e a matemática, as levassem a ser extrapoladas, para as mais diversas áreas do conhecimento, inclusive as ciências de caráter sociais (CAPRA, 1983; BAUER, 1999; GAUKROGER, 2005; CAPRA, 2006). Elas ainda contavam um outro atributo importante para o período, já que a fragmentação, apregoada pelo fundamento cartesiano do positivismo, possui um relacionamento íntimo com a revolução industrial e ajudou a sustentar a ideia da divisão do trabalho e o foco na engenharia, tão pertinentes a este processo histórico (CAPRA, 1983; CASANOVA, 2006).

Diante de tal contexto, as engrenagens do relógio cartesiano foram rapidamente substituídas nas mais diversas áreas da sociedade e os indivíduos foram transformados nas engrenagens de um previsível e preciso sistema social (CAPRA, 1983; CASANOVA, 2006). Como um homem de seu tempo, pesquisadores da área de gestão, como Frederick Taylor, levaram a concepção do homem máquina à administração, onde os conceitos cartesianos de rendimento da termodinâmica de Carnot, foram transportados para as questões relacionadas ao rendimento do ser humano médio (BAUER, 1999).

Grande parte das abordagens clássicas de gestão seguiram os mesmos passos daquelas adotadas por Taylor. As concepções do casal Gilbreth e de Henry Ford, por exemplo, foram embasadas pela racionalização e fragmentação das tarefas, enquanto Henri Fayol deu ênfase na estrutura e no gerenciamento e Max Weber na configuração da organização em termos de unidades (CARAVANTES, PANNO e KLOECKNER, 2005).

Desse modo, as ideias de Comte acabaram por promover uma profunda revolução na organização do trabalho e na própria concepção da sociedade. A matematização e a fragmentação se consolidaram como elementos importantes para a construção do conhecimento administrativo e transformaram a área de gestão. Rapidamente as ações humanas foram mecanizadas, explicações científicas foram importadas de outras áreas do conhecimento, e teoria administrativa foi afastada da prática cotidiana. Por vezes, esta apropriação inadvertida da visão da ciência tradicional acabou, até mesmo, por servir como justificativa para decisões administrativas que, de outra forma, não seriam socialmente justificáveis (AKTOUF, 1996).

Os estudos de Hurtado (2006) e Faria (2005) dão indícios de que, diante desta realidade, não seria possível construir um pensamento na área de organizações, sem que para isso houvesse uma reestruturação da própria postura da administração como ciência. Para os autores a administração não poderia ser pensada por meio do modelo clássico de unidades de análise ou casos/soluções isolados, como vem sendo feito em grande parte das pesquisas da área. “Sendo a organização uma totalidade na qual se manifestam fenômenos de tomada de consciência, afetividade e criatividade, torna-se muito difícil e até equivocado o isolamento de variáveis. Tornam-se inadequadas hipóteses de simples formulação e ambíguos os meios de comprovação.” (THIOLLENT, 1983, p. 81-82)

Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado. (CAPRA, 2006, p. 23)

Estas críticas às abordagens clássicas deram origem a uma visão, cujo objetivo era tratar de questões “mais práticas” e humanas, tais como sexualidade, gênero, emoção, fome, tempo etc (MARDSEN e TOWNLEY, 2004). De acordo com Zey-Ferrell (1981) tal processo era necessário, uma vez que os paradigmas das ciências naturais, eram

limitados para lidar com as grandes transformações sociais. Para a autora, uma nova ciência das organizações precisava emergir trazendo consigo elementos que levassem em conta, também, os aspectos históricos e sociais das organizações.

Este tipo de percepção é, em essência, complementar a abordagem clássica e seu enfoque é norteado, em grande parte, pelo pensamento marxista. Porém, ao invés da complementariedade se viu emergir, neste contexto, uma dicotomia entre aqueles estudiosos adeptos das abordagens tradicionais da ciência e estes novos pensadores humanistas, que constituíram uma corrente dissidente, com visão antagônica àquela adotada pelos pensadores tradicionais (MARDSEN e TOWNLEY, 2004). Desse modo, apesar das abordagens humanistas terem se estruturado sobre arcabouços teóricos competentes, as organizações contemporâneas demonstram que, na prática, tais perspectivas ainda parecem não estar completamente preparadas para atender às demandas de um ambiente permeado por mudanças cada vez mais rápidas e imprevisíveis.

Neste sentido, Marsden e Townley (2004) indicam que o problema pode ser ainda mais profundo, uma crise onde a escolha de uma abordagem epistemológica passa a ser uma postura investigativa a ser defendida. Neste contexto o perigo se amplia, pois a escolha da abordagem precede a seleção do problema, fazendo com que este esteja a serviço daquele e não o contrário. Neste contexto, Faria (2005, p. 63) lembra que a solução para romper com tal problemática passa por “[...] transcender disputas epistemológicas e reconhecer elementos causais tidos como ‘não empíricos’ ou ‘invisíveis’”, incompatíveis com os paradigmas de origem positivista/cartesiana que dominam a ciência da administração, desde seus primórdios.

Contudo, há de se ressaltar que a obra de Marsden e Townley (2004) mostra que esta ruptura epistemológica não deve ocorrer em favor de uma ou outra abordagem. Os vieses positivistas, indicados por Faria (2005), são dominantes, mas os vieses de origem Marxista e humanistas são igualmente preocupantes. As posturas epistemológicas assumidas devem servir aos objetivos sociais do trabalho científico e não serem um balizador para escolha de tais objetivos. Enquanto esta ruptura não ocorrer, a teoria administrativa estará condenada a um desligamento em relação à prática, já que o pensamento estará a serviço de uma postura investigativa e não daquilo que se pretende investigar.

Considerações Finais

O ser humano entende o mundo a partir de paradigmas individuais – logo, o mundo prático, enquanto percepção humana, é uma abstração do real, um modelo, logo é teoria. O homem interage “na prática” com o mundo através de sua percepção “teórica”. Com isso, não há prática isenta de teoria que a corrobore: é no âmbito teórico que a prática se legitima. Portanto, a prática, na prática, é uma representação teórica!

Contudo, muitas das teorias formuladas e em processo de formulação estão se centrando na prática do fazer pesquisa e os autores se preocupam em ter modelos aceitáveis pelos seus pares e, algumas vezes, se esquecem (ou não querem) gerar críticas e discussões de fato transformadoras. Os métodos são úteis e de grande valia, porém o que se percebe é que, muitas vezes, esses têm se tornado o cerne das pesquisas acadêmicas deixando de se focar de fato no objeto pesquisado e na importância da pesquisa, em si, para o homem e para a sociedade como um todo. Desse modo, o favoritismo por uma determinada abordagem epistemológica tem dominado as práticas de pesquisa em administração, em detrimento do conteúdo e até mesmo do ato reflexivo.

Para construção de uma teoria administrativa alinhada com a realidade, é preciso reconhecer que a prática é imbebida em fatores subjetivos de um homem limitado, sem condições de renúncia ao seu antropocentrismo (MORIN, 2007). Neste contexto, a religação entre a teoria e a prática repousa em reconhecer a necessidade de posturas investigativas que privilegiem os objetivos da pesquisa, seus aspectos humanos e inumanos e a noção de inter-relacionamento entre as unidades organizacionais, o ambiente e os indivíduos que os compõem. Portanto, uma nova ciência da administração só poderá emergir diante da ruptura com as disputas epistemológicas e a adoção de abordagens adequadas a cada tipo de problemática estudada.

Referências

- AKTOUF, O. *A administração entre a tradição e a renovação*. Tradução de CUNHA, A. J.; MAZZILLI, C.; ANTUNES, E. D. D.; DANTAS, M.; FACHIN, R. C.; FISCHER, T. São Paulo: Atlas, 1996.
- ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. P.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E.; GIOIA, S. C.; GIANFALDONI, M.; SAVIOLI, M. R.; ZANOTTO, M. D. L. *Para*

compreender a ciéncia: uma perspectiva histórica. 7. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Educ, 1996.

ARGYRIS, C.; SCHON, D. *Theory in practice: Increasing Professional effectiveness.* San Francisco: Jossey-Bass, 1974.

AUDET, M. Le procès des connaissances de l'administration. In: AUDET, M.; MALOUIN, J. (Eds.). *La production des connaissances scientifiques de l'administration.* Quebec: Université Laval, 1986. p.23-56.

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. D. *Metodologia de pesquisa em ciéncias: análises quantitativa e qualitativa.* Rio de Janeiro: LTC, 2007.

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. *Administração: construindo vantagem competitiva.* Tradução de RIMOLI, C. A. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. *Administração: novo cenário competitivo.* Tradução de BAZÁN, T. E. L. L. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, Insinuações e Contribuições para um Debate Local. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 3, n. 1, p. 147-178, Jan./Abr. 1999.

_____. Nota Técnica: A Coruja de Minerva: Reflexões sobre a Teoria na Prática. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. N. *Handbook de Estudos Organizacionais.* São Paulo: Atlas, 2004.

BROWN, R. Social theory as metaphor. *Theory and Society*, n.03, p.169-198, 1976.

CABRAL, A. C. A. Reflexões Sobre a Pesquisa nos Estudos Organizacionais: em busca da superação da supremacia dos enfoques positivistas. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, v.1, n.1, Jan./Abr. 2002. Disponível em: <<http://www.rimar-online.org/artigos/v1n1a2.pdf>>. Acesso em out 2010.

CAPRA, F. *The turning point: science, society, and the rising culture.* Toronto; New York: Bantam Books, 1983.

_____. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.* Tradução de EICHEMBERG, N. R. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARAVANTES, G. R.; PANNO, C. C.; KLOECKNER, M. C. *Administração: teorias e processos.* São Paulo: Prentice Hall, 2005.

CASANOVA, P. G. *As novas ciéncias e as humanidades: da academia à política.* Tradução de BENEDITO, M. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

DJALÓ, A. D.; PROCOPIUCK, M. Teoria e Prática na Construção do Conhecimento em Administração. *RECADM*, v.9, n.1, p. 90-103, maio 2010.

FARIA, A. Realismo crítico em pesquisa estratégica. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Ed.). *Pesquisa qualitativa em administração.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 45-69.

FERRARI, T. *Metodologia da pesquisa científica.* São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

GABRIEL, Y. Essai: On Paragrammatical Uses of Organizational Theory – A provocation. *Organization Studies*, vol.23, n.01, p.133-151, 2002.

- GAUKROGER, S. Descartes: methodology. In: R.PARKINSON, G. H. (Ed.). *The renaissance and seventeenth-century rationalism*. London: Routledge, 2005. Cap.5. p. 156-186. (Routledge history of philosophy).
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. 1^a edição, São Paulo: Martins Fontes, 2000. Primeira publicação em 1984.
- HURTADO, P. Will the real complexity in strategic management please stand up? *Competition Forum*, v. 4, n. 1, p. 175-182, 2006.
- JASPERS, K. *Introdução ao pensamento filosófico*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1976.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- MARCUSE, H. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. Primeira publicação em 1941.
- MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. A Coruja de Minerva: Reflexões sobre a Teoria na Prática. In. CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. N. *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004.
- MILLER, R. W. *Fact and Method*: Explanation, Confirmation and Reality in the Natural and the Social New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- MORGAN, G. *Imagens da Organização*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MORIN, E. *Educação e complexidade*: os sete saberes e outros ensaios. Tradução de CARVALHO, E. D. A. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PEREIRA, O. *O que é teoria*. 3 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. Strategy as a field of study: why search for a new paradigm? *Strategic Management Journal*, v. 15, p. 5-16, 1994.
- RIBEIRO JR., J. *O que é positivismo*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SANDELANDS, L. E. What is so Practical about Theory? Lewin Revisited. *Journal for the Theory of Social Behavior*, v.20, n.03, p.235-262, 1990.
- SENGE, P. M.; SCHARMER, C. O.; JAWORSKI, J.; FLOWERS, B. S. Alternative Future. *Leadership Excellence*, v. 25, n. 2, p. 3-4, 2008.
- STACEY, R. D. The Science of complexity – an alternative perspective for strategic change processes. *Strategic Management Journal*, v. 16, n. 6, p. 477-495, Sep 1995.
- THIOLLENT, M. Problemas de metodologia. In: FLEURY, A. C. C.; VARGAS, N. (Ed.). *Organização do trabalho*: uma abordagem interdisciplinar: sete estudos sobre a realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 1983. Cap.3. p. 54-83.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, Ago. 2009.
- TRAGTENBERG, M. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: UNESP, 2006.

VASCONCELOS, F. Racionalidade, Autoridade e Burocracia: as bases da definição de um tipo organizacional pós-burocrático. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 2, 2002, Recife. *Anais...* Recife: Observatório da Realidade Organizacional : PROPAD/UFPE : ANPAD, 2002.

VOLTAIRE, François-Marie Arouet. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Atena Editora, 1959. Primeira publicação em 1764.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

WIENER, Norbert. *Cibernetique et Société*. Paris: UGE, 1962.

ZEY-FERRELL, M. Criticisms of the dominant perspective on organizations. *The Sociological Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 181-205, 1981.

